



eBook 5

Neste eBook vamos falar sobre como a LGPD define o que é **Tratamento dos Dados**.

A LGPD assegura ao titular o direito à informação sobre o uso de seus dados, onde estão armazenados, com quem estão e porque são utilizados, garantindo procedimentos adequados em prol dos direitos fundamentais do titular, evitando, assim, eventuais irregularidades ou ilicitudes.

Nós já vimos que a coleta dos dados pessoais marca o início da tutela perante a lei, e as atividades relacionadas ao tratamento devem ser observadas pelos princípios que vamos resumir a seguir.

- ▶ O princípio da **Finalidade**, que significa que a empresa tem que ter um propósito legítimo, específico e explícito informado ao titular.
- ▶ O princípio da **Adequação**, que significa que a empresa tem um processo de tratamento dos dados compatível com a finalidade informada ao titular, conforme o contexto para o uso dos dados.
- ▶ O princípio da **Necessidade**, que é a limitação do uso de dados para a realização da finalidade, utilizar apenas o que se faz essencial.
- ▶ O princípio do **Livre Acesso**, que é dar garantia aos titulares de acesso fácil e gratuito às informações e sobre formas de tratamento dos seus dados e período de uso.
- ▶ O princípio da **Qualidade** dos dados, que significa garantir aos titulares a exatidão, clareza e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e uso.
- ▶ O princípio da **Transparência**, que significa garantir a entrega aos titulares, de informações claras e acessíveis sobre como o tratamento é realizado e os respectivos agentes de tratamento, resguardando, claro, os segredos comerciais e industriais.
- ▶ O princípio da **Segurança**, que significa utilizar medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e indevidos, que possam ocasionar a destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão dos mesmos.
- ▶ O princípio da **Prevenção**, que é a adoção de medidas que possam prevenir a ocorrência de danos ao

tratamento de dados pessoais.

- ▶ O princípio da **Não Discriminação**, que significa assegurar a impossibilidade de realizar o tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou considerados abusivos.
- ▶ E, por último, o princípio da **Prestação de Contas**, que é demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Resumindo, A LGPD estabelece que as empresas podem realizar o tratamento de dados quando forem atendidas as seguintes bases legais:

1. Fornecimento do consentimento do Titular
2. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador
3. Pela Administração Pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos similares
4. Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais
5. Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados
6. Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei de Arbitragem
7. Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro
8. Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais ou
9. Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

